



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

CONVÊNIO Nº 02/2024

CONVÊNIO n.º 02/2024 que entre si celebram o Juízo da 005ª Zona Eleitoral e o Município de Mulungu/CE, para a execução dos serviços de processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e a revisão do eleitorado, nos termos do parágrafo único, do art. 7º, da Lei nº 7.444, de 20 de dezembro de 1985.

Pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, de um lado, o Juízo da 005ª Zona Eleitoral, com sede na Rua Padre Antônio Pinto, S/N, Centro, Baturité/CE, neste ato representado pelo(a) Juíz(a) Eleitoral, Exmo(a) Sr(a) DANIEL GONÇALVES GONDIM, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 630.916.663-87, no uso de suas atribuições legais, e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE MULUNGU, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo(a) seu(sua) Prefeito(a) ROBERT VIANA LEITÃO, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 933.096.353-68, têm como certo e ajustado, em consonância com a legislação que rege a matéria, especialmente as Leis nº 7.444/1985 e 9.454/1997 e as Resoluções TSE nº 23.659/2021 e TRE/CE n.º 999/2024, o presente Convênio, que se regerá pelas Cláusulas e Condições a seguir apresentadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Convênio tem por objeto a cooperação entre os partícipes, para a execução dos serviços de processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral, nos termos do parágrafo único, art. 7º, da Lei nº 7.444 de 20 de dezembro de 1985, no Município de Mulungu, 005ª Zona Eleitoral.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA COOPERAÇÃO

2.1. A cooperação pretendida pelos partícipes será implementada mediante a adoção de ações conjuntas, mobilizando suas unidades, agentes, bens e serviços, observadas suas disponibilidades, a reciprocidade de interesses e o sigilo das informações compartilhadas, consoante o art. 10 da Resolução TSE nº 23.659/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3.1. Caberá ao MUNICÍPIO:

- a) Disponibilizar pessoal especializado para a execução das atividades programadas em atendimento ao objeto deste instrumento;
- b) Contribuir, dentro de suas possibilidades, com as demais atividades a serem realizadas para fins de observância do quanto estabelecido no presente instrumento.

3.2. Caberá ao JUÍZO DA 005ª ZONA ELEITORAL:

- a) Fornecer o material necessário aos serviços de atendimento biométrico, inclusive o material de expediente, computadores e kits biométricos;
- b) Promover o treinamento adequado do pessoal cedido para o atendimento biométrico;
- c) Fiscalizar os serviços estabelecidos no presente Acordo realizados pelos (as) servidores (as) e prestadores(as) de serviços disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**, para a correção de eventuais falhas ou irregularidades cometidas em sua execução.

CLÁUSULA QUARTA - DA DISPONIBILIZAÇÃO DE ATENDENTES

4.1. O (**MUNICÍPIO**) disponibilizará 01 servidor(a) para auxiliar os trabalhos de cadastramento biométrico dos eleitores. A relação constando nome e inscrição eleitoral do(a) servidor(a) deverá ser entregue no Cartório Eleitoral.

Parágrafo primeiro – O(a) servidor(a) disponibilizado(a) deverá se apresentar no dia 29/04/2024 às 08:00, munidos de ofício de apresentação, sendo o serviço prestados até o dia 08/05/2024.

Parágrafo segundo – Durante o período em que estiver à disposição do **JUÍZO DA 005ª ZONA ELEITORAL**, o(a) servidor(a) disponibilizado(a) pelo **MUNICÍPIO** será remunerado(a) pelo seu órgão de origem, mantidos os direitos e vantagens inerentes ao exercício de seu cargo ou emprego, como se em efetivo exercício.

Parágrafo terceiro – Caberá ao **JUÍZO DA 005ª ZONA ELEITORAL** atestar, mensalmente, a frequência do servidor(as) disponibilizado, para efeitos de pagamento da correspondente remuneração.

Parágrafo quarto – O(a) servidor(a) sujeitar-se-á à jornada regular de trabalho, idêntica à praticada no órgão de origem, realizada, preferencialmente, no horário oficial de expediente do Cartório da ^a Zona Eleitoral, salvo, neste último caso, se houver determinação do(a) Juiz(a) Eleitoral sobre horário de expediente diverso.

Parágrafo quinto – A eventual prestação de serviço extraordinário pelo(a) servidor(a) municipal disponibilizado pelo MUNICÍPIO ficará condicionada à autorização solicitada previamente.

I - A realização do serviço extraordinário, sem prévia autorização do órgão de origem do(a) atendente, ensejará a responsabilização pelo ato praticado.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. O presente Acordo não implica em repasse de recursos financeiros entre os partícipes, que se comprometem a arcar, respectivamente, com eventuais custos que advierem de sua execução.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. O presente instrumento vigorará pelo período 29/04/2024 a 31/05/2024.

Parágrafo único – Qualquer das partes pode propor a rescisão antecipada do ajuste, mediante notificação escrita, formalizada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

7.1. O TRE providenciará a publicação do extrato deste Acordo no Diário da Justiça Eletrônico (DJE); e o (MUNICÍPIO) providenciará a publicação no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO

8.1. Este Acordo poderá, mediante assentimento das partes, ser alterado por meio de Termo Aditivo, mediante prévia autorização da Presidência deste TRE/CE

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Acordo, que não possam ser decididas por mediação administrativa, fica eleito o foro da Seção

Judiciária da Justiça Federal no Estado do Ceará, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Fortaleza, *data e assinaturas registradas no sistema*

Juiz da 005ª Zona Eleitoral

Prefeito de MULUNGU



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE NO TRATAMENTO DE DADOS DE ELEITORES

(Art. 4º da Resolução TRE-CE nº 999/2024)

Considerando como requisito previsto no Art. 4º da Resolução TRE-CE nº 999/2024, este documento estabelecerá os termos de responsabilidade e confidencialidade no tratamento de dados no âmbito da Justiça Eleitoral do Ceará aos atendentes. Ao utilizar os sistemas eleitorais, você concorda com os seguintes termos:

1 Responsabilidade no Tratamento de Dados:

- 1.1. O usuário reconhece e concorda que é responsável por todas as informações fornecidas ou de outra forma transmitidas por meio do Sistema.
- 1.2. O usuário compromete-se a fornecer informações precisas, completas e atualizadas, sendo responsável pelas informações incorretas ou desatualizadas.
- 1.3. O usuário compreende que o tratamento de dados do cadastro eleitoral está sujeito às leis aplicáveis de proteção de dados e concorda em cumprir todas as regulamentações pertinentes. E caso descumprimento, responderá legalmente pelos seus atos.
- 1.4 Em caso de estagiários, menores de 18 anos, o servidor ou colaborador responsável pelo acompanhamento do estágio será legalmente responsável.

2 Confidencialidade:

- 2.1. O usuário reconhece e concorda que todas as informações e dados fornecidos ou acessados por meio dos sistemas eleitorais são confidenciais e pertencem ao respectivo titular dos dados e ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE).
- 2.2. Os colaboradores comprometem-se a adotar medidas razoáveis para proteger a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados armazenados.
- 2.3. É proibido ao usuário divulgar, compartilhar ou transferir, de forma intencional ou negligente, informações confidenciais obtidas por meio dos sistemas eleitorais a terceiros, não autorizados.

3 Uso Adequado do Sistema:

3.1. O usuário compromete-se a utilizar os sistemas eleitorais apenas para fins legítimos e autorizados, abstendo-se de qualquer uso indevido, ilegal ou que possa violar direitos de terceiros.

3.2. É proibido o acesso não autorizado a qualquer sistema eleitoral, bem como tentativas de comprometer a segurança do mesmo.

3.3 O acesso deverá ser de forma individualizada (Login e senha), sendo proibida a transferência de acesso. Cada usuário será responsável pelo seu acesso.

4 Vigência e Rescisão:

4.1. Estes termos são válidos a partir do momento em que o usuário obtém acesso aos sistemas eleitorais e permanecem em vigor até o fim da vigência do acordo de cooperação.

4.2. O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará reserva-se o direito de bloquear ou suspender a conta de qualquer usuário que não cumprir estes termos, sem aviso prévio.

Ao utilizar os sistemas eleitorais, o usuário expressa sua concordância com estes termos. Em caso de dúvidas ou preocupações sobre a privacidade e segurança de dados, entre em contato com a Assessoria de Segurança da Informação (ASEGI) ou Assessoria de Cibersegurança (CIBER), através dos e-mails: asegi@tre-ce.jus.br e ciber@tre-ce.jus.br.

Concordo com os termos acima descritos.



ANTONIO CLAUDIO RICARDO MAIA

Título de Eleitor nº 0574 8329 0795

Servidor de Mulungu/CE

Mulungu, 24 de Abril de 2024.